

Acórdão nº 9.649/2016/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 14.800.2011-30-TCE
ASSUNTO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus, exercício de 2010.
RESPONSÁVEL: Senhor **Antônio Lima dos Santos**
RELATOR: Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**

Prestação de contas. Câmara Municipal. Ausência do Rol dos Responsáveis. Inconsistência do Balanço Financeiro. Concessão de diárias à própria Câmara Municipal (pessoa jurídica) e históricos de empenhos constantes do Sistema SIAPC incompletos e imprecisos, sem comprovação de sua finalidade pública. Inconsistência do Resultado Patrimonial. Ausência do Inventário Analítico dos Bens Móveis e Imóveis. Descumprimento do limite máximo previsto no inciso I, ao artigo 29-A, da Constituição Federal/88. Falta das Folhas de Pagamento dos subsídios dos Vereadores. Devolução e aplicação de multa. Irregularidade.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1)** com fundamento nas alíneas “a” e “b”, do inciso III, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerar **irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus, exercício orçamentário e financeiro de 2010, de responsabilidade do Senhor Vereador **Antônio Lima dos Santos**, Presidente da Mesa Diretora à época, em face das falhas e irregularidades destacadas a seguir: **1.1)** ausência do Rol dos Responsáveis, descumprindo o inciso II, do Anexo V, da Resolução TCE/AC nº 062/2008; **1.2)** inconsistência do Balanço Financeiro, em face da não comprovação do saldo do exercício anterior, no valor de R\$ 2.104,07 (dois mil, cento e quatro reais e sete centavos); **1.3)** concessão de diárias à própria Câmara Municipal (pessoa jurídica) e históricos de empenhos constantes do Sistema SIAPC incompletos e imprecisos, sem comprovação de sua finalidade pública; **1.4)** inconsistência do Resultado Patrimonial, em razão da diferença de R\$ 900,00 (novecentos reais) verificada entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Demonstrativo da Despesa, evidenciando a inconsistência da Demonstração das Variações Patrimoniais apresentada nos autos e em mídia magnética; **1.5)** ausência do Inventário Analítico dos Bens Móveis e Imóveis, impossibilitando a confirmação do Ativo Permanente de 2010; **1.6)** o descumprimento do limite máximo previsto no inciso I, ao artigo 29-A, da Constituição Federal/88 (7%) e **1.7)** a falta das Folhas de Pagamento dos subsídios dos Vereadores, impossibilitando a verificação das normas estabelecidas na Constituição Federal/88 (artigos 29, inciso VII, e 39, parágrafo 4º); **2) Decidiu-se**, ainda, **por maioria**, nos termos do voto do Conselheiro Antonio Jorge Malheiro, não

(Acórdão nº 9.649/2016/Plenário-TCE/AC – FL. 02)

propor a Tomada de Contas Especial e sim a **devolução de R\$ 9.050,00** (nove mil e cinquenta reais), por estar tal importância, gasta com diárias sem a devida comprovação, já apurada nos autos, **acrescida da multa de 10% desse valor**, prevista no art. 88 da LCE nº 38/93. **Divergiram** os Conselheiros José Augusto Araújo de Faria e Ronaldo Polanco Ribeiro que votaram apenas pela irregularidade das contas apresentadas. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. **Vencido, em parte**, o Conselheiro-Relator que votou pela instauração de Tomada de Contas Especial, nos termos do artigo 44 da LCE nº 38/1993, para fins de apuração da legalidade dos valores pagos aos Vereadores, a título de subsídios, bem como para plena comprovação da finalidade pública das despesas com diárias sem clareza no histórico e concedidas à própria Câmara Municipal. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre
Rio Branco – Acre, 18 de agosto de 2016

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Relator

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Voto vencedor, em parte

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC